

GRUPO I

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

Disserte sobre o princípio da proporcionalidade na sua vertente de proibição de proteção insuficiente.

SEGUNDA PARTE

Questões

1. O que é o princípio da proteção à confiança legítima e quais são os requisitos para a sua incidência? **(5 pontos)**. Como fica a proteção à confiança jurídica em relação aos direitos conferidos por leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal? **(5 pontos)**.
2. A Constituição de 1988 reconhece e protege a diversidade étnica e cultural da população brasileira? Justifique.
3. O cidadão “X” foi eleito para o cargo de Prefeito do Município de Pasárgada no ano de 2000, tendo desempenhado regularmente seu mandato. Em outubro de 2004, foi reeleito, tendo ocupado o cargo de Chefe do Executivo Municipal até 31.12.2008, após o que retornou ao exercício de seu cargo efetivo de Auditor Fiscal do Município.

GRUPO I

Em 2004, o Município de Pasárgada celebrou convênio com o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Autarquia Federal, em decorrência do qual foram repassados à Municipalidade recursos (R\$ 5.000.000,00) destinados à melhoria da infraestrutura física de escolas, como meta de programa federal em curso naquela época.

Em setembro de 2006, auditoria realizada pelo órgão de controle interno do FNDE apontou irregularidade na aplicação dos recursos, tendo em vista a aquisição, em 05.05.2004, por determinação do então Prefeito Municipal, de materiais de construção, com indevida dispensa de licitação e por preço superfaturado. Apesar disso, o Tribunal de Contas e a Câmara Municipal aprovaram integralmente as contas da Prefeitura, referentes ao exercício de 2004, considerando, em relação àquela compra, a existência apenas de irregularidades de índole formal.

Cientificado do episódio, o Ministério Público Federal, com base no relatório de auditoria do FNDE que lhe foi encaminhado no final do ano de 2009, ajuizou ação de improbidade contra o cidadão “X”, em 07.07.2011, imputando-lhe a prática de ato de improbidade administrativa, em razão dos fatos acima apontados. A ação foi protocolizada perante o Juízo Federal da Seção Judiciária correspondente, tendo sido requerida a condenação em suspensão de direitos políticos, perda da função pública de Auditor Fiscal Municipal, pagamento de multa civil e ressarcimento ao Erário.

Em sua defesa, o cidadão e ex-Prefeito “X” alegou, sucessivamente, o seguinte:

a) descabimento de ação de improbidade, porquanto a imputação se refere a atos decorrentes do exercício do mandato de

GRUPO I

Prefeito Municipal, o qual já havia cessado, por ocasião do ajuizamento da ação;

b) ausência de dolo na conduta, elemento essencial à caracterização do ato de improbidade administrativa imputado;

c) prescrição da ação de improbidade, fulminando toda a pretensão deduzida na ação;

d) não caracterização de improbidade administrativa, tendo em vista que o Tribunal de Contas e a Câmara Municipal consideraram regulares as contas referentes ao citado convênio;

e) descabimento da sanção de perda de função pública, na espécie; impossibilidade de cumulação de sanções na responsabilização por improbidade administrativa, em especial, impossibilidade de cumulação das cominações de suspensão de direitos políticos e perda de função pública, bem como de multa civil e ressarcimento de dano, por serem cominações de mesma natureza.

A partir dos elementos apresentados, analise os itens acima, apontando acertos ou desacertos jurídicos nas teses apresentadas pelo réu na ação de improbidade, bem como indicando a solução adequada para cada uma das questões suscitadas pela defesa.

(o valor da resposta para cada alínea é de 2 pontos).

4. Analise os institutos da *reserva particular do patrimônio natural* e da *reserva legal florestal*, enfocando, em relação a cada um deles: **a)** regime jurídico e objetivos; **b)** restrições de uso e possibilidades de utilização econômica; **c)** formas de criação e de modificação; **d)** obrigação de conservação e recuperação de tais

GRUPO I

reservas, no que se refere ao proprietário; e) reflexos da implantação desses institutos no direito de propriedade.

(o valor da resposta para cada alínea é de 2 pontos).

5. A prestação pecuniária cobrada pela municipalidade em decorrência da remoção de lixo domiciliar submete-se a que regime jurídico? Justificar **(máximo de 15 linhas)**. E afirmar se a receita proveniente da realização desses serviços denomina-se originária, derivada ou de capital.

6. Locação de serviços e locação de bens móveis. Conceituar **(máximo de 20 linhas)**. **(4 pontos)**.

À vista desses conceitos, indique a respectiva hipótese de incidência tributária ou a sua inexistência, nos fatos seguintes:

a) técnico efetua um programa para computadores sob encomenda de terceiro. Na hipótese, esse fato está sujeito a que imposto?

b) se o programa para computadores é colocado à venda, exposto como mercadoria, sobre esse futuro negócio jurídico, se realizado, haverá imposição tributária? Se afirmativo, qual?

c) se esse mesmo programa para computadores não é entregue para atender à encomenda e nem é vendido, mas alugado. Indaga-se: incide ou não tributação? Se positiva a resposta, qual o tributo devido?

(o valor da resposta para cada alínea é de 2 pontos).